

Sozinho, BC não será capaz de conter o dólar

ALEX RIBEIRO

O Banco Central não está economizando munição para conter a forte alta da cotação do dólar. Já vendeu mais de US\$ 42 bilhões em contratos de swaps cambiais, que fornecem proteção ao mercado contra a desvalorização cambial. Ontem, ampliou o seu leque de atuação, oferecendo US\$ 3 bilhões em linhas de empréstimo em dólares, dos quais apenas US\$ 500 milhões foram absorvidos pelo mercado. Apesar de todo o esforço, a moeda americana registra uma alta de cerca de 15% ante o real desde abril.

Com US\$ 382 bilhões em reservas internacionais, o BC parece muito forte para segurar a alta do dólar, mas seu poder tem limites. As intervenções podem acalmar o mercado nos dias de pânico e quebrar movimentos especulativos contra a moeda nacional. Em um regime de câmbio flutuante, porém, no fim a taxa de câmbio será determinada pelos fundamentos econômicos.

Quando o dólar sobe puxado por fatores internacionais, como a

perspectiva de alta de juros nos Estados Unidos, não há muito o que o BC possa fazer. Se a desvalorização é causada pela deterioração da percepção dos mercados sobre o Brasil, o BC pode dar um alívio com a venda de dólares, mas ele só será eficaz se for seguido de iniciativas do governo e do Congresso Nacional que fortaleçam os fundamentos da economia brasileira.

Incerteza política pressiona cotação da moeda americana

O economista Livio Ribeiro, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), fez alguns cálculos que procuraram identificar e separar as forças que estão mexendo com a cotação do dólar nos últimos meses, entre fatores domésticos, fatores internacionais e a diferença entre os juros internos do país e os juros externos.

De forma geral, fatores internacionais, ligados sobretudo à perspectiva de alta dos juros nos

Estados Unidos, tiveram um grande peso para a alta do dólar. A decisão do Banco Central de manter os juros básicos em 6,5% ao ano em maio ajudou a conter esse movimento de desvalorização do real. As taxas de mercado subiram, ampliando a diferença entre os juros internos e externos e, conseqüentemente, a remuneração aos capitais estrangeiros investidos no Brasil. Mas, em alguns períodos, foram fatores ligados à própria economia brasileira que explicaram a alta do dólar.

Ao contrário do que à primeira vista pode parecer, a paralisação dos caminhoneiros, em si, não foi uma força determinante na alta do dólar. No período em que o país parou, entre os dias 22 e 30 de maio, a cotação do dólar subiu 2,5%, mas o único motor dessa alta foi a piora nas condições internacionais. Na semana seguinte, porém, o real sofre uma desvalorização de quase 5%, e o dólar chega perto de R\$ 4,00. Nesse período, o Brasil se descolou dos países emergentes semelhantes, e fatores domésticos explicam toda a





desvalorização cambial.

Os estudos de Ribeiro não permitem identificar os fatores domésticos responsáveis pela alta do dólar entre os dias 30 de maio e 7 de junho, mas foi nesse período que o governo deu a sua resposta à crise dos caminhoneiros, incluindo os subsídios ao diesel e o tabelamento dos fretes. Um dos desdobramentos da crise foi a demissão do presidente da Petrobras, Pedro Parente.

Caiu a ficha do mercado financeiro de que, em uma economia que ainda que sofre os efeitos da recessão, poderá ser mais difícil aprovar medidas de austeridade fiscal, mesmo que seja eleito um governo que defenda uma agenda reformista. Também preocupa a travessia do governo Temer até o fim do ano, incluindo o seu apoio à equipe econômica.

Por enquanto, o mercado enxerga apenas um risco de o populismo sair dominante. A aposta central é de que qualquer presidente da República eleito neste ano terá que enfrentar assuntos como a reforma da Previdência, sob pena de não conseguir governar. A experiência das últimas décadas mostra que, quando o país se vê diante do abismo, faz o que é necessário. Os dois últimos ajustes fiscais expressivos foram feitos após crises

econômicas, na segunda eleição de FHC e no primeiro mandato de Lula.

O lado trágico disso é que seria preciso as coisas piorarem para o país fazer o que é necessário. O mercado financeiro coloca esse e outros riscos na taxa de câmbio e nos juros, que tendem a continuar pressionados. Essa incerteza será superada apenas com as eleições, mas governo e Congresso poderiam atenuá-la com a implementação de alguma medida que sinalize que ao fim do processo eleitoral a racionalidade econômica poderá prevalecer sobre o populismo.

Os bancos centrais estão deixando um pouco de lado o "forward guidance". Isso vale para os Estados Unidos e, aparentemente, também para o Brasil. Há alguns dias, o presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, disse que a sinalização mais firme sobre os passos futuros de política monetária poderia dar aos mercados a falsa impressão de que os riscos são pequenos. No Brasil, o Banco Central abandonou, na semana passada, a indicação de manutenção dos juros em 6,5% ao ano por algumas reuniões. As razões, exatamente, serão conhecidas hoje, com a divulgação da ata do seu Comitê de Política Monetária

(Copom). Muito provavelmente a autoridade monetária também quis fazer os mercados medirem de forma adequada os riscos no horizonte.

Mesmo sem uma indicação mais firme sobre a trajetória dos juros, os BCs não deixaram os mercados totalmente órfãos. No Fed, essa tarefa é desempenhada pelos chamados "dot plots", que incluem projeções dos membros do seu comitê sobre os juros. No Brasil, esse balizamento é feito pelas projeções de inflação.

A julgar pelos números apresentados no comunicado do BC da semana passada, são boas as perspectivas para os juros ficarem estacionados em 6,5% ao por um bom tempo - isto é, se os riscos destacados pelo Copom para o cenário econômico não virarem realidade. Chama a atenção a queda da projeção de inflação para 2019 no cenário de mercado, de 3,9% para 3,7%, entre maio e junho, abaixo da meta de 4,25%, considerando uma alta de juros a 8% ao ano no ano que vem. Sem a alta de juros, a inflação ficaria em 4,1%.

Alex Ribeiro é repórter especial

E - m a i l :
alex.ribeiro@valor.com.br

Mercosul oferece cota para carro europeu com tarifa 50% menor durante sete anos

Por Assis Moreira | De Colônia (Alemanha)

O Mercosul ofereceu à União Europeia (UE) uma cota para entrada de carros europeus com tarifa 50% menor do que a atual, pelo período de sete anos, conforme o Valor apurou. Isso significa que a alíquota de importação cairia de 35% para 17,5% sobre determinado volume, ainda não negociado, de carros europeus. Após o prazo de sete anos, começaria a redução da tarifa sobre automóveis europeus, até a eliminação oito anos depois.

A sinalização dada pelo Mercosul é vista como uma demonstração a mais do interesse do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em concluir a negociação do acordo de livre comércio, que seria oito vezes mais importante do que o acordo UE-Canadá e quatro vezes maior que o acordo UE-Japão.

Essa proposta poderia atender, de uma outra forma, a exigência - que parece ainda estar em consideração entre montadoras europeias - de que o Mercosul faça um choque de liberalização logo na implementação do acordo, com corte de cinco pontos percentuais na tarifa sobre todas as importações de carros, passando de 35% para 30%, que seria mantido na fase de transição de sete anos.

Na realidade, quem pediu esse período de proteção no mercado brasileiro foram as filiais das alemãs BMW e Audi, as montadoras que fizeram os investimentos mais recentes no país.

O Mercosul sinalizou à UE que está disposto a retomar as barganhas em julho, em Bruxelas, para tentar anunciar um acordo político de livre comércio ainda no verão europeu. A ideia do bloco é de os negociadores chegarem a Bruxelas no dia 9, uma semana antes da cúpula da Comunidade de Países Latino-americanos e do Caribe (Celac) e UE, marcada para 16 e 17 de julho. No entanto, o Mercosul não recebeu até agora a luz verde da UE para que essa reunião possa acontecer.

Para Andreas Renschler, presidente da Comissão para América Latina da Indústria Alemã (LADW) e membro do "board" mundial do grupo Volkswagen, as ameaças do presidente americano Donald Trump de impor sobretaxas na entrada de carros europeus termina por dar um forte estímulo à conclusão das negociações UE-Mercosul. "Isso ajuda a colocar pressão nos dois blocos, e a ver que as coisas podem se tornar ruins [sem o acordo]."

O presidente da Federação das Indústrias Alemãs (BDI), Dieter

Kempf, deu a mesma mensagem, pedindo ao governo alemão para defender a conclusão rápida do acordo diante do conflito com os EUA e da vantagem que as empresas europeias terão no Mercosul. "Ao reduzir as tarifas, as empresas europeias economizariam mais de • 4 bilhões por ano."

Entre os pontos ainda pendentes, está a questão do drawback (importação de insumos com isenção de tarifa para produzir bens de exportação), que o Brasil não abre mão. Cerca de 25% das exportações brasileiras usam esse instrumento. Os europeus querem sua eliminação. Há também questões sobre regras de origem e indicação geográfica, mas negociadores consideram que há meios de contornar as dificuldades, se houver real vontade política de avançar.

Ocorre que a Comissão Europeia, que negocia pelos países da UE, continua obtendo concessões do Mercosul e depois não coloca nada mais na mesa. Essa tática levou recentemente o Uruguai a demonstrar exasperação com reuniões sem fim. Partiu do governo brasileiro fazer prevalecer a mensagem de que o bloco continua empenhado em tentar concluir a negociação birregional.

País cobra da Alemanha conclusão de acordo entre blocos

Por Assis Moreira | De Colônia

O Brasil fez uma das mais contundentes cobranças à Alemanha, o motor da economia europeia, pela conclusão das barganhas para o anúncio político do acordo de livre comércio União Europeia-Mercosul nas próximas semanas.

Na abertura do Encontro Econômico Brasil-Alemanha, em Colônia, o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Marcos Galvão, fez uma avaliação incisiva do cenário internacional, com referências implícitas ao unilateralismo do governo Trump. "A economia mundial vai relativamente bem, ao menos por ora, se observarmos os dados do crescimento do PIB global", observou o diplomata. "A política internacional, ao contrário, vive período de múltiplas tensões, de preocupantes incertezas."

Segundo Galvão, depois de décadas ao longo das quais "nos acostumamos com a noção de que

a história caminha sempre para adiante, presenciamos agora tendências com claros elementos de retrocesso. Assistimos a posturas e manifestações que a imensa maioria de nós jamais imaginou que o mundo fosse rever".

Com o que tem ocorrido nos últimos meses, o representante brasileiro considera pouco provável que a economia global, e em maior ou menor grau, também as economias nacionais, deixem de ser afetadas negativamente por esses desdobramentos. "Isso já começa a acontecer na esfera do comércio", comentou. "Esse não é um processo ao qual devemos ou possamos assistir passivamente. A todos os membros da comunidade internacional, a todos os atores públicos e privados cabem papéis relevantes".

Sob aplausos da plateia de empresários alemães e brasileiros, Galvão destacou que o Brasil e a Alemanha, apesar de diferentes estágios de desenvolvimento, são duas das maiores economias do

mundo, e atores cujas vozes e posições, além sobretudo de suas ações, "se fazem ver, ouvir e sentir no contexto regional e mundial".

"Não interessa ao Brasil, e não interessa à Alemanha, um mundo sem regras, sem estabilidade, sem segurança, sem previsibilidade", disse. Destacou que a resposta à desesperança, às frustrações e às demandas legítimas dos cidadãos não se encontra no abandono dos pilares do convívio internacional, construídos desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Galvão acrescentou que a integração europeia foi e é uma resposta a esse passado de violência e sofrimento. E a criação do Mercosul inspirou-se em grande parte no processo europeu. "Hoje existe plena compreensão nos setores público e privado de nossos países quanto ao imperativo de uma integração mais profunda e eficaz à economia mundial", afirmou. Deu como exemplo as negociações comerciais também com o Canadá, EFTA, Coreia do Sul e





proximamente com Cingapura.

A mensagem brasileira dada por ele é a de que "é chegada a hora, é mais do que chegada a hora", de o Mercosul e a União Europeia trabalharem juntos para concluir o acordo de livre comércio. "O presente cobra e o futuro exige que tenhamos a clareza e a vontade política de pensar grande. Para Galvão, o acordo pode ser concluído em semanas, se todos os atores envolvidos reconhecerem, de verdade, o alcance e o significado do que está em jogo, ainda mais no momento atual da vida internacional.

O secretário de Estado alemão para Assuntos Econômicos, Oliver Wittke, reconheceu a importância do acordo no cenário atual, fez clara crítica ao unilateralismo de Trump,

mas também acabou por ilustrar a situação atual da Alemanha.

Indagado pelo Valor sobre uma ação mais incisiva pelo acordo, Wittke argumentou que a UE são 27 países com interesses divergentes. Na verdade, a liderança alemã se apagou na Europa, pelo menos no momento. A Alemanha não tem nenhum entusiasmo para assumir um confronto com alguns países que se opõem ao acordo. Vários governos europeus estão enfraquecidos, inclusive o de Emmanuel Macron, na França.

Para o acordo sair proximamente, como todos dizem querer nos discursos, será necessário que a França, por exemplo, se disponha a assumir a briga com o setor agrícola, que será mais retórica do que real.

Leilão da Lotex fracassa e não recebe nenhuma proposta

Por Fabio Graner | De Brasília

O leilão da Lotex não teve interessados, segundo confirmou a Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loterias (Sefel) do ministério da Fazenda, responsável por organizar o certame. O prazo para entrega dos envelopes se encerrou ontem às 13h. Os próximos passos ainda não estão definidos pelo governo, que precisa decidir se vai marcar nova data para o leilão e remodelar as condições ou se vai desistir da proposta atual.

O leilão da chamada "raspadinha" sofreu vários adiamentos, mudanças nos valores de outorga (que e nas regras, em geral com o objetivo de atrair um grande operador estrangeiro para atuar no Brasil e concorrer no segmento de loterias com a Caixa Econômica Federal, que foi obrigada a ficar de fora do leilão.

Segundo fontes governamentais,

a falta de interessados no leilão ocorreu por conta de preocupações dos estrangeiros com riscos gerados pela MP 841 que unificou a legislação de loterias e que em sua tramitação contém algumas emendas direcionadas para a questão da Lotex. Nos bastidores da equipe econômica, esse risco vinha sendo minimizado, pela leitura de que as emendas não prosperariam, mas prevaleceu a cautela das empresas.

Ao definir a modelagem do leilão, a Fazenda apostava que, deixando a Caixa de fora do certame, iria aumentar a concorrência. A estratégia, contudo, deixou a Caixa insatisfeita. O banco pretendia se associar a um dos grandes operadores estrangeiros que demonstravam no Brasil. Alguns deles preferiam a parceria com a Caixa. Nos bastidores do banco já começa a voltar a esperança de o governo rever as regras e permitir que a Caixa possa participar de um consórcio para operar a Lotex.

Simples não elevou formalização das empresas, afirma estudo

Por Thais Carrança | De São Paulo

O Simples Nacional, programa que atualmente reduz a carga tributária e simplifica o recolhimento de impostos para companhias com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, não aumentou a formalização entre micro e pequenas empresas nos meses seguintes à sua criação, aponta estudo de economista do Banco Mundial. Artigos anteriores que sugeriam um avanço da formalização chegaram a esses resultados devido a equívocos metodológicos, conforme a nova pesquisa, o que seria um alerta aos gestores da política para a necessidade de novas avaliações de impacto, a partir de dados atuais.

Segundo o Orçamento para este ano, o governo deve abrir mão de R\$ 283 bilhões em renúncias fiscais, o equivalente a 3,97% do Produto Interno Bruto (PIB). A maior parcela desse montante é de longe o Simples Nacional, representando 28% do total, ou quase R\$ 81 bilhões. A discussão sobre a eficiência das modalidades de renúncia ganha

importância num momento em que, com rombo nas contas públicas, o país repensa incentivos que beneficiam empresas e setores restritos, às custas de toda a população.

Em artigo publicado em maio na revista "Journal of Development Economics", o economista Caio Piza analisa dois estudos anteriores sobre o impacto do Simples na formalização das empresas - considerando como formais aquelas que têm licença de funcionamento expedida por Estado ou município. Utilizando uma mesma base de dados, a pesquisa Economia Informal Urbana (Ecinf) do IBGE, de outubro de 1997, as publicações chegam a resultados distintos: uma aponta que o programa teria provocado aumento de 11 pontos percentuais na formalização, enquanto a outra achou efeitos positivos apenas para empresas do setor de varejo.

"Quando li esses artigos pensei 'não é possível dois estudos usando exatamente a mesma base de dados chegarem a resultados

completamente diferentes'", afirma Piza, que trabalha em uma unidade especializada na avaliação de políticas públicas no Banco Mundial. Debruçando-se sobre a questão, o economista descobriu que uma diferença no mês considerado como início do Simples em cada um dos estudos explicava a discrepância.

Mas o especialista foi além e sugeriu uma nova forma de avaliar o impacto do Simples na formalização das empresas, com o objetivo de corrigir falhas metodológicas dos estudos anteriores. Como o artigo que apontou grande avanço na formalização comparava empresas criadas logo antes e logo depois de novembro de 1996 - mês da edição da medida provisória que deu início ao Simples -, Piza analisou o mesmo intervalo de tempo em 1993, 1994 e 1995, antes da criação do regime tributário diferenciado. Descobriu então que o ganho de formalização verificado na pesquisa mais antiga se devia quase todo a um efeito sazonal.

"O dado se comporta da mesma forma em novembro de todo ano, ou seja, o pico na criação de empresas





formais logo após novembro de 1996 não pode ser atribuído ao Simples", diz Piza. "Minha contribuição é mostrar que o efeito de curto prazo do programa na formalização de micro empresas não existiu."

Segundo o economista, embora a análise seja restrita aos primeiros meses de vigência do Simples e não signifique que a política seja equivocada, serve de alerta aos responsáveis pelo programa e outras modalidades de renúncia fiscal. "Esse tipo de evidência serve para auxiliar os responsáveis pelo programa a descobrirem se a política funciona, se gera efeito sobre a formalização e se tal efeito compensa a renúncia fiscal, já que mais empresas formais levariam a maior arrecadação de impostos", diz Piza. "No curto prazo, isso não aconteceu, aparentemente. Precisaríamos revisitar a evidência usando dados atuais para verificar se o programa necessita de

reformulação."

Conforme Piza, embora entusiastas do Simples costumem defender sua importância citando que "o índice de formalização no Brasil subiu de 42,7% a 56,6% nos últimos dez anos", esse dado nada diz sobre o impacto do programa, pois não se sabe qual teria sido a taxa de formalização na ausência do regime tributário diferenciado.

"Seria interessante verificar numa escala menor se esse tipo de política de fato tem o impacto que se espera antes de transformar isso numa legislação", sugere, citando o uso de experiências-piloto na definição de políticas públicas, uma tendência internacional crescente. No caso de um programa em estágio avançado, como o Simples, é possível fazer pequenas alterações no desenho da política, que permitiriam avaliar se ela tem efeitos que compensem o custo fiscal.

Programa para profissional autônomo tem efeito reduzido

Por Thais Carranço | De São Paulo

Voltado atualmente para profissionais autônomos com rendimento anual de até R\$ 81 mil, o Microempreendedor Individual (MEI) tem efeito positivo, mas pequeno sobre a formalização. Esse impacto é localizado para empreendedores com faturamento mais alto e se dissipa após alguns meses. Além disso, o trabalhador que vira MEI não vê sua renda crescer e o efeito líquido para a arrecadação de impostos é negativo, segundo estudo de economistas da Fundação Getulio Vargas (FGV) e de Oxford.

Segundo Rudi Rocha, professor da FGV, e um dos autores da pesquisa - ao lado de Gabriel Ulyssea e Laísa Rachter -, o efeito mais concentrado para profissionais com maior faturamento acontece porque a taxa mensal de imposto,

atualmente em cerca de R\$ 50, pesa mais para quem ganha pouco. Já o fato do aumento de formalização se dissipar após alguns meses pode estar relacionado ao fato de as pessoas talvez não verem benefício claro com a formalização.

"O único benefício que parece existir mais claramente é o subsídio para acesso a benefícios previdenciários", diz Rocha. Pela regra do MEI, profissionais cadastrados pagam contribuição previdenciária equivalente a 5% do salário mínimo. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicado em janeiro estimou em até R\$ 608 bilhões até 2060 o desequilíbrio na Previdência gerado pelo subsídio ao MEI.

O incentivo previdenciário explica o efeito líquido negativo na arrecadação. "Se pessoas que já estão dispostas a se formalizar fazem isso através de um programa que subsidia aposentadoria, de fato a

arrecadação tende a cair", afirma Rocha. Segundo ele, o ganho de formalização constatado no estudo veio mais da formalização de negócios informais já existentes do que da criação de novas empresas formais.

O professor da FGV avalia que o fato de o MEI ter efeito reduzido sobre a formalização é consistente com o resultado de outros estudos internacionais, que mostram que o que leva as pessoas a se formalizarem não é só a baixa taxa ou a facilidade de abrir uma firma, mas sim, terem vantagens com isso.

"No Brasil, uma grande parte das pessoas são empreendedores por necessidade ou oportunidade, para elas, a formalização não faz diferença, é mais um custo mensal, sem benefícios claros, pois a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho já é informal em várias outras dimensões", diz Rocha.

Investimento estrangeiro se mantém abaixo das projeções

Por Eduardo Campos e Alex Ribeiro | De Brasília

O ingresso de Investimentos Diretos no País (IDP) teve leve reação em maio, quando medido em 12 meses, mas segue no menor nível em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) desde o fim de 2013 e abaixo da trajetória para atingir o volume previsto para o ano pelo Banco Central e pelo mercado.

Estatísticas divulgadas ontem pelo BC registram ingresso de US\$ 2,978 bilhões em investimentos diretos em maio, pouco acima dos US\$ 2,892 bilhões ocorridos em mês equivalente de 2017. Os fluxos acumulados em 12 meses tiveram pequena alta, de 3,06% do PIB em abril para 3,07% do PIB em maio, e chegaram a US\$ 61,790 bilhões.

Nesse patamar, os ingressos de investimentos diretos estão bem abaixo do fluxo de US\$ 80 bilhões previsto pelo BC para este ano e os US\$ 70, 5 bilhões estimados por cerca de uma centena de analistas

econômicos consultados na pesquisa Focus de expectativas de mercado divulgada pelo BC.

O BC espera uma alta nos investimentos diretos em junho, que chegariam a US\$ 6 bilhões, mas seria preciso ingresso ainda mais forte. De janeiro até maio, o IDP soma US\$ 23,344 bilhões, com média mensal de US\$ 4,7 bilhões, menores leituras para o período desde 2009. Para se confirmar o ingresso de US\$ 80 bilhões, a média mensal teria de chegar a US\$ 8,3 bilhões, isso já considerando como certo o ingresso estimado de US\$ 6 bilhões para junho. A última vez que tal média mensal de IDP foi atingida foi em 2014, quando o investimento externo somou US\$ 97,180 bilhões. No ano passado, o ingresso médio mensal do segundo semestre foi de US\$ 5,7 bilhões.

O BC vai revisar as projeções para o balanço de pagamentos no Relatório de Inflação (RI), que será divulgado na quinta-feira, e se as novas estimativas forem feitas apenas com base no ocorrido, o número teria

que cair para algo entre US\$ 50 bilhões e US\$ 60 bilhões.

Há fatores conjunturais e estruturais que ajudam a explicar essa perda de dinamismo do IDP. No lado conjuntural, concessões e privatizações deixaram de ocorrer, ou estão em pausa por entraves legais, como a venda de ativos da Eletrobras. A possibilidade de leilões na área de petróleo pode melhorar os números, mas não deve ser considerada na estimativa oficial.

O fraco crescimento econômico também tira atratividade do Brasil com relação a outros mercados na tomada de decisões estratégicas de investimento. A saída da recessão ocorre de forma mais lenta que a antecipada e as projeções de crescimento do PIB já caíram pela metade desde o começo do ano.

As mudanças tributárias feitas pelos Estados Unidos, que estimulam o retorno de capital ao país, também têm impacto sobre o fluxo global de IDP, que já tinha apresentado queda em 2017 na comparação com 2016.





Sinalizando mudança de estratégia das empresas, a redução do IDP está concentrada nos investimentos em participação no capital. De janeiro a maio, essa linha soma US\$ 16,026 bilhões, queda de 36% sobre os US\$ 25,075 bilhões vistos em igual período de 2017. Já os empréstimos intercompanhia totalizam US\$ 7,319 bilhões, contra US\$ 7,166 bilhões um ano antes.

Essa queda do IDP, no entanto, não representa uma ameaça à sustentabilidade das contas externas, já que financia com folga de seis vezes o déficit em transações correntes de 0,65% do PIB, ou US\$ 13,040 bilhões.

Em maio, o país marcou novo superávit em conta corrente, de US\$ 729 milhões, menor que o superávit de maio de 2017 de US\$ 2,8 bilhões e abaixo da previsão do BC de US\$ 2,5 bilhões. Segundo chefe do departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, a paralisação dos

caminhoneiros teve impacto sobre as exportações e ajuda a explicar o resultado do mês abaixo do estimado.

Em maio as exportações caíram 2,8% sobre maio de 2017, primeira queda desde dezembro de 2016. Nos dados semanais, até a greve, no dia 21, as exportações somaram US\$ 1,070 bilhão de média. Depois a média caiu para US\$ 671 milhões. Uma queda na média semanal de 37%. Segundo Rocha, o impacto da greve é pontual e deve se dissipar ao longo do tempo. Para junho, a previsão é de estabilidade nas transações correntes.

Nos dados de maio, os números sobre a conta de juros e a posição externa de investimento do país chamam atenção. Na conta de juros, a remuneração paga foi de US\$ 766 milhões em maio desde ano contra US\$ 472 milhões um ano antes. Isso reflete o maior pagamento de remuneração das reservas

internacionais, que capta o aumento dos juros no mercado americano. Assim o pagamento de juros ao exterior ficou US\$ 797 milhões no mês passado, contra US\$ 1,035 bilhão um ano antes.

Na posição de investimento, a valorização do dólar reduz o passivo externo, já que IDP, investimentos em ações e títulos da dívida são contabilizados em reais e depois convertidos para dólares. Assim, a dívida externa caiu de US\$ 748,969 bilhões em março para US\$ 572,831 bilhões em maio.

Os fluxos de portfólio seguem apresentando volatilidade e é de se esperar que continuem assim, segundo Rocha. Os investimentos estrangeiros em carteira apresentaram saída líquida de US\$ 5,443 bilhões em maio, após ingressos de US\$ 5,486 bilhões em abril.

Perda de dinamismo

Investimento Direto no País acumulado em 12 meses - fluxo mensal - US\$ (milhões) e % do PIB

Fluxo mensal - US\$ milhões



Fonte: BCB-DSTAF

% do PIB



Número de acordos trabalhistas cai 74% e reajustes estão menores

Por Thais Carrança | De São Paulo

As negociações entre patrões e empregados continuam travadas, passados mais de seis meses da entrada em vigor da reforma trabalhista. Segundo dados do boletim Salariômetro da Fipe, foram 4,1 mil negociações concluídas e protocoladas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nos cinco primeiros meses de 2018, contra 15,6 mil em igual período de 2017, numa queda de 74%. O recuo foi mais intenso para convenções (-84%), válidas para toda uma categoria, do que para acordos coletivos (-72%), que são fechados por empresa.

Segundo Helio Zylberstajn, professor da FEA-USP e coordenador do Salariômetro, são três os principais motivos para as dificuldades dos sindicatos patronais e de trabalhadores em fechar acordos este ano. O primeiro deles é que os aumentos salariais são pequenos e estão ficando menores, porque o efeito provocado pela queda brusca da inflação no ano passado se dissipou. "Agora, os

reajustes ficam acima da inflação, mas muito pouco, e isso já é uma dificuldade para fechar o acordo", afirma.

Em maio deste ano, o reajuste nominal mediano foi de 2,5%, contra inflação acumulada em 12 meses medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 1,7%, representando um ganho real de 0,8%. Em maio de 2017, o reajuste mediano havia sido de 5%, ante inflação de 4%, num ganho real de 1%. Apesar do ganho real estar em patamar parecido, os reajustes nominais menores enfrentam maior resistência pelos trabalhadores.

Dos reajustes de maio, 79,8% ficaram acima da inflação, 16% conseguiram ao menos repor a carestia e apenas 4,1% foram abaixo do INPC. No ano de 2018, o percentual de reajustes acima da inflação está em 84,6% e, em 12 meses até abril, em 82,4%.

Os outros dois motivos para a dificuldade em fechar negociações estão relacionados à reforma trabalhista. Um deles é a questão da contribuição sindical - pela nova lei, o desconto passou a depender de

autorização prévia e expressa dos empregados, deixando de ser obrigatório o desconto automático de um dia de salário em folha.

Conforme Zylberstajn, alguns sindicatos têm optado por retirar essa questão das negociações, indo diretamente à Justiça com mandados de segurança. Mas outros tem insistido em incluir nas negociações uma cláusula para permitir a cobrança de todos os trabalhadores, mediante decisão em assembleia. "Do ponto de vista jurídico, isso traz muita insegurança para a empresa e se torna uma dificuldade para fechar acordos", diz o pesquisador.

Por fim, o que explicaria a maior dificuldade em fechar convenções do que acordos coletivos é que os sindicatos patronais têm tentado retirar das negociações que valem para toda uma categoria algumas cláusulas que garantiam direitos aos trabalhadores. Na negociação entre professores e escolas particulares de São Paulo, por exemplo, com data-base em março, o acordo só foi fechado em junho, devido à tentativa das empresas de mudar diversas cláusulas da convenção.

CNI defende mais privatizações na infraestrutura

Entidade entregará aos
presidenciáveis estudo com
propostas para setor

-BRASÍLIA- Em estudo que
será entregue aos candidatos à
Presidência da República, a
Confederação Nacional da Indústria
(CNI) defende um amplo processo
de privatizações para modernizar a
infraestrutura no Brasil. De acordo
com o documento, a modernização
demanda um esforço de cerca de 20
anos. A CNI calcula que o país
investe cerca de 2% do PIB em
infraestrutura, mas necessita aportar
ao menos 4,15%. Para a CNI, o
histórico de baixo investimento em
infraestrutura no Brasil está
diretamente associado à capacidade
limitada de execução do Estado.

Os recursos arrecadados pelo
governo são, em grande medida,
gastos em transferências e despesas
correntes, afirma a entidade, e a
rigidez orçamentária comprime o
dinheiro voltado para a infraestrutura.
Para viabilizar as privatizações da
infraestrutura, a organização entende
ser necessário mitigar os riscos
legais, contratuais, regulatórios e
relativos ao ambiente de negócios,
além de criar um quadro legal que
proporcione confiança e estabilidade.

A CNI considera prioridades a
privatização das Companhias Docas
e dos aeroportos da Infraero; a
continuidade do programa de
concessões de rodovias e
companhias estaduais de
saneamento; e a desestatização da
Eletrobras. (Manoel Ventura)

Greve dá folga de R\$ 14 bi ao governo

Efeitos de protestos de caminhoneiros vão elevar inflação, permitindo gasto maior em 2019

ELIANE OLIVEIRA E
BÁRBARA NASCIMENTO

-BRASÍLIA- A greve dos caminhoneiros, que paralisou as principais rodovias do país por dez dias, fará com que o próximo governo tenha uma folga de até R\$ 14 bilhões para cumprir a regra do teto de gastos no ano que vem. O cálculo é do secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, e foi feito com base na inflação do período. Pela legislação em vigor, as despesas do governo não podem crescer mais do que a inflação do ano anterior. Se a inflação sobe, como foi o caso da greve dos caminhoneiros, aumenta o espaço para gastar.

O indicador usado nessa conta é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no período de 12 meses, vencidos no mês de junho. — Quando o governo vai elaborar o Orçamento, faz isso com base na inflação acumulada em 12 meses até junho. Como a inflação terá um repique em torno de um ponto percentual por causa da greve, será aberto um espaço fiscal para o próximo governo entre R\$ 13 bilhões e R\$ 14 bilhões — explicou o secretário.

Técnicos da equipe econômica estimam que, com isso, a despesa

discricionária prevista para o ano que vem pode aumentar de R\$ 98 bilhões para algo entre R\$ 109 bilhões e R\$ 113 bilhões. A previsão é que o impacto da greve na inflação seja minimizado ao longo deste ano. Cálculos iniciais apontam que o índice oficial de inflação, o IPCA, de 2018 pode subir de 3% para até 3,3%. O governo espera que o impacto na inflação seja temporário. Espera-se que o indicador volte ao normal até o fim deste ano. Mas o cálculo do teto de gastos sentirá mais, por ter esse recorte em junho.

NOVA MP PARA PRODUTOR RURAL

A equipe econômica avalia que, mesmo com um novo patamar para as despesas discricionárias no ano que vem, as contas públicas continuam sufocadas pelos gastos obrigatórios. Na tentativa de resolver ainda este ano um dos problemas que apertam o Orçamento, o governo enviou ontem ao Congresso Nacional uma medida provisória (MP) com novas regras para a repactuação das dívidas dos produtores rurais. Segundo Mansueto, o impacto nas contas públicas cairá dos R\$ 17 bilhões previstos inicialmente para algo entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões.

A queda nesse montante se deve ao fato de o texto encaminhado excluir os grandes produtores e só permitir o abatimento das dívidas de

pequenos produtores das regiões Norte e Nordeste. A nova MP foi uma resposta do governo à lei aprovada no Congresso que previa, além do parcelamento de dívidas do Funrural, desconto de até 95% dos saldos devedores e débitos com bancos públicos, agências de fomento, Embrapa e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Planalto chegou a vetar vários pontos, mas os vetos foram derrubados pelos parlamentares, em uma das grandes derrotas do governo no Congresso neste ano.

Mesmo os parlamentares da base não se movimentaram para impedir que a lei fosse aprovada com todas as concessões aos produtores. — Os vetos que foram derrubados pelo Congresso abarcavam todo o Brasil e diversos produtores rurais, pequenos, médios e grandes. Essa MP reduz substancialmente esse custo fiscal. Agora, essa renegociação, esse abatimento no valor da dívida, é restrito a pequenos produtores agrícolas, apenas nas regiões Norte e Nordeste — explicou o secretário.

MUDANÇA BENEFICIA PEQUENOS

Mansueto admitiu que a MP poderá ser mudada novamente no Legislativo. Mas lembrou que, se houver alterações, com elevação do impacto fiscal, o próprio Congresso





terá de apontar uma fonte de recursos para o programa. Em maio, sem ter como comportar o gasto de R\$ 17 bilhões, o Ministério da Fazenda chegou a enviar um comunicado para os bancos públicos, determinando que nenhuma dívida fosse renegociada, alegando que não havia espaço orçamentário para arcar com o rombo. — Na política pública, existe a previsão orçamentária e financeira. Não adianta a gente criar um programa que nem tem orçamento, nem caixa, para ser pago.

A queda dos vetos causou esse problema: um custo potencial de R\$ 17 bilhões, que não tinha previsão orçamentária nem financeira — disse Mansueto. Ele destacou ainda que a nova MP tem como público potencial aquele ligado ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), voltado para o Norte e o Nordeste. Em geral, o Proagro abrange pequenos produtores.

E frisou que esse foi o principal argumento usado pelos parlamentares para derrubar os vetos do governo: — A intenção de muitos deputados que votaram para a derrubada dos vetos era justamente beneficiar os pequenos produtores dessas duas regiões. Então, essa MP atende bem à preocupação original do Congresso. O secretário ressaltou ainda que, se os parlamentares alterarem a MP, terão de definir a fonte de recursos.